Lisboa mudou profundamente nas últimas décadas. Mudou na sua composição demográfica, na dinâmica económica, na intensidade turística e, sobretudo, na forma como o espaço urbano é vivido e percecionado por residentes, trabalhadores, estudantes e visitantes. Estas transformações têm sido acompanhadas por uma crescente centralidade das questões relacionadas com a segurança no debate público. Notícias sobre agressões, furtos, tráfico de estupefacientes e outros episódios criminais circulam diariamente nos meios de comunicação e, com particular rapidez, nas redes sociais. Neste contexto, torna-se legítimo perguntar: Lisboa está realmente mais insegura ou sentimo-nos mais inseguros? Embora aparentemente simples, esta questão exige uma análise cuidadosa, porque criminalidade registada, risco de vitimação e sentimento de insegurança são dimensões relacionadas, mas não equivalentes.

A primeira distinção necessária é precisamente entre segurança objetiva e segurança subjetiva. A criminalidade registada corresponde aos crimes conhecidos pelas autoridades, não representando necessariamente a totalidade dos crimes efetivamente praticados. Existem ocorrências que não são denunciadas e outras que podem tornar-se mais visíveis estatisticamente em consequência de alterações na fiscalização, na atuação policial ou na predisposição das vítimas para apresentar queixa. Por esta razão, um aumento das participações não significa automaticamente um crescimento proporcional da violência ou do risco individual de cada cidadão. Do mesmo modo, uma eventual estabilização ou redução de determinados indicadores criminais não significa necessariamente que as pessoas se sintam mais seguras. É nesta distância entre aquilo que acontece, aquilo que é registado e aquilo que é percecionado que o medo do crime assume especial relevância.

A investigação de Palos (2024) ajuda a compreender esta complexidade. Ao estudar a evolução da criminalidade na noite lisboeta e o sentimento de insegurança da população jovem, particularmente no Bairro Alto e no Cais do Sodré, o autor adotou uma abordagem multidimensional que conjugou dados estatísticos, entrevistas em profundidade e observação no terreno. Esta opção metodológica demonstra que estudar a segurança de uma cidade não pode significar apenas contabilizar ocorrências policiais. É igualmente necessário compreender como as pessoas experienciam os espaços e interpretam os riscos associados aos mesmos. Palos (2024) identifica uma relação complexa entre criminalidade registada e sentimento subjetivo de insegurança, salientando fatores como a iluminação, a presença policial e a influência das redes sociais na difusão do medo.

Esta dimensão territorial e subjetiva já tinha sido identificada por Sautkina (2007), ao estudar

as representações ambientais da segurança e da insegurança perante o crime em Lisboa. A autora analisou 121 participantes familiarizados com a cidade e verificou que as características sociais assumiam maior importância na representação dos lugares considerados inseguros, enquanto determinadas características físicas eram particularmente relevantes para a representação dos espaços seguros. Este resultado permite compreender uma ideia fundamental: sentir segurança não é simplesmente o contrário de sentir insegurança. Uma pessoa pode nunca ter sido vítima de um crime e evitar uma determinada rua por considerá-la perigosa; inversamente, outra pode frequentar regularmente uma área onde existem ocorrências criminais e continuar a sentir-se relativamente segura devido à familiaridade com o território, à presença de outras pessoas ou às relações sociais existentes.

Assim, iluminação, conservação dos espaços públicos, circulação de pessoas, familiaridade com o território e coesão social influenciam a interpretação individual e coletiva do espaço urbano. Esta perspetiva tem consequências importantes para as políticas públicas, uma vez que uma estratégia de segurança não deve limitar-se ao reforço do policiamento. A prevenção criminal é indispensável, mas a iluminação adequada, a recuperação de espaços degradados, a mobilidade, a habitação, a prevenção das dependências, a intervenção junto de populações vulneráveis e o fortalecimento das relações comunitárias podem igualmente contribuir para melhorar a segurança real e percebida.

Esta relação entre ambiente e perceção do risco é também observável em crimes particularmente associados aos espaços urbanos de elevada circulação. Sautkina et al. (2007), num estudo sobre o risco de furto por carteirista em dois locais de Lisboa, concluíram que fatores ambientais e psicossociais influenciavam a avaliação deste risco. Em contextos caracterizados por fortes ligações sociais, estas relações podiam assumir maior importância na avaliação do perigo, diminuindo a relevância atribuída às características físicas do espaço. Em locais de maior heterogeneidade social e com ligações sociais mais fracas, pelo contrário, o ambiente físico adquiria maior peso na perceção de segurança. Esta conclusão é particularmente pertinente numa cidade turística como Lisboa, onde a população efetivamente presente no espaço urbano ultrapassa a população residente e onde zonas turísticas, transportes públicos e locais de elevada concentração humana podem proporcionar oportunidades específicas para crimes patrimoniais.

Contudo, à dimensão física e social da cidade acrescentou-se uma nova variável: a

transformação digital da comunicação. Atualmente, um episódio criminal ocorrido numa rua de Lisboa pode ser filmado e divulgado quase instantaneamente, alcançando milhares de pessoas. O mesmo vídeo pode surgir sucessivamente em diferentes plataformas, contas e publicações, acompanhado por comentários e interpretações distintas. Neste contexto, importa reconhecer que a repetição de uma imagem não significa a repetição do acontecimento. A exposição reiterada ao mesmo episódio pode, contudo, produzir a impressão de uma frequência criminal superior à efetivamente observada.

É precisamente neste domínio que a investigação de Nunes (2025) se torna relevante. Ao analisar a cobertura mediática da criminalidade em Lisboa e o fenómeno do pânico moral, com particular atenção ao Martim Moniz, a autora comparou a cobertura realizada pelo Público e pelo Correio da Manhã, procurando compreender as narrativas e representações construídas em torno da criminalidade. Nunes (2025) evidencia a importância dos processos de seleção e enquadramento mediático na construção das perceções públicas e analisa de que forma determinadas narrativas podem contribuir para sentimentos de medo e para a reprodução de estereótipos associados à imigração e à segurança.

Esta relação exige especial prudência. Criminalidade, imigração e insegurança aparecem frequentemente associadas no discurso mediático e político, mas associação discursiva não significa relação causal. A evolução simultânea de dois fenómenos não demonstra que um seja responsável pelo outro. Para estabelecer uma relação desta natureza seria necessário comparar taxas adequadas, controlar variáveis sociodemográficas e socioeconómicas e utilizar metodologias capazes de testar explicações alternativas. Generalizar comportamentos individuais a comunidades inteiras constitui, portanto, não apenas um problema social e ético, mas também um erro metodológico. A perceção pública deve ser estudada enquanto perceção e não apresentada como prova de causalidade.

Neste sentido, discutir a segurança de Lisboa implica evitar dois extremos igualmente problemáticos: negar acontecimentos criminais que afetam efetivamente a população ou amplificá-los de forma a produzir uma representação desproporcionada da realidade. Uma sociedade informada deve conseguir reconhecer os problemas existentes sem transformar acontecimentos particulares em conclusões gerais sobre bairros, comunidades ou grupos sociais. É precisamente por isso que dados estatísticos, estudos científicos e análise territorial devem assumir maior importância na construção das políticas públicas e do debate social.

A segurança urbana deve, consequentemente, ser entendida como um fenómeno multidimensional. Policiamento, justiça e investigação criminal são indispensáveis, mas não suficientes. Urbanismo, inclusão social, prevenção das dependências, apoio a jovens vulneráveis, proteção das vítimas, iluminação pública, transportes, habitação e educação fazem igualmente parte da construção de uma cidade segura. O policiamento de proximidade pode assumir especial relevância neste contexto, ao aproximar as forças de segurança das comunidades e permitir um conhecimento mais aprofundado dos problemas locais. Da mesma forma, uma comunicação pública rigorosa e transparente pode contribuir para evitar tanto a minimização de problemas reais como a amplificação injustificada do medo.

Também a tecnologia pode contribuir para este objetivo. Sistemas de informação geográfica e ferramentas de análise espacial e temporal permitem identificar padrões e apoiar uma distribuição mais eficiente dos recursos. A inteligência artificial poderá igualmente auxiliar a análise de grandes volumes de informação, mas a sua utilização deve respeitar princípios de proporcionalidade, transparência, proteção de dados e supervisão humana. A procura por maior segurança não pode conduzir a uma cidade em que todos os cidadãos sejam permanentemente observados ou tratados como potenciais suspeitos.

Perguntar se Lisboa está mais insegura continua, assim, a ser legítimo, mas uma resposta cientificamente responsável dificilmente poderá limitar-se a um simples “sim” ou “não”. Palos (2024), Nunes (2025) e Sautkina (2007) demonstram, através de perspetivas e metodologias distintas, que a segurança urbana não cabe numa única estatística. É necessário distinguir criminalidade registada de medo do crime, compreender diferentes tipologias criminais, considerar as características territoriais e sociais da cidade e reconhecer o papel dos meios de comunicação e das redes sociais na interpretação coletiva dos acontecimentos.

Lisboa necessita, por isso, de políticas públicas baseadas em evidência, capazes de reconhecer problemas sem alimentar alarmismos e de responder ao medo sem o confundir com a realidade estatística. Existe uma diferença fundamental entre ter medo e estar em risco: ambos importam, mas não são a mesma coisa. O verdadeiro desafio de uma capital moderna consiste em proteger simultaneamente a segurança objetiva e a confiança subjetiva dos cidadãos. Uma cidade segura não é aquela onde se afirma que nada acontece, mas aquela que mede, investiga, reconhece e enfrenta os seus problemas sem os esconder,

sem os exagerar e, sobretudo, sem transformar grupos sociais inteiros em culpados por fenómenos cuja complexidade exige respostas igualmente complexas.

Referências Bibliográficas

Nunes, C. F. de M. M. (2025). A cobertura mediática da criminalidade em Lisboa e o pânico moral: Narrativas, representações e possíveis impactos sociais [Dissertação de mestrado, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. http://hdl.handle.net/10071/36446

Palos, J. L. A. (2024). A evolução da criminalidade na noite de Lisboa e o sentimento de insegurança da população jovem: Estudo exploratório no Bairro Alto e Cais do Sodré [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. http://hdl.handle.net/10451/65186

Sautkina, E. (2007). Environmental representations of safety from crime versus insecurity: A study in Lisbon. Revista de Psicología Social, 22(3), 289–298. https://doi.org/10.1174/021347407782194362

Sautkina, E., António, C., Caseira, H., Correia, F., Dimitriou, D., Grijó, C., Loureiro, A., & Morais, R. (2007). Factores ambientais e psicossociais da avaliação do risco de furto por carteirista: O caso de dois locais em Lisboa. Psicologia, 21(2), 79–97. https://doi.org/10.17575/rpsicol.v21i2.368